Dilma e a cólera conservadora

05/11/2014



JEFERSON MIOLA

"*Fora Dilma e Lula*"; "*Impugnação ou intervenção militar*"; "*Impeachment já!*"

Dizeres dos cartazes da malta reacionária reunida na Avenida Paulista, em SP, no sábado 1º/11, véspera do dia dos mortos, e apenas seis dias depois da eleição.

"*O STF não pode se converter em uma corte bolivariana*"

Gilmar Mendes, ministro do STF, em entrevista à FSP em 03/11.

"*Ela [Dilma] não terá trégua da nossa parte*."

Aloysio Ferreira Nunes, vice de Aécio, no dia seguinte à derrota eleitoral.

A história ensina que governos progressistas – em qualquer parte do mundo – devem se precaver da colérica resistência conservadora. Sentimentos odiosos substituem o embate político racional e a argumentação programática. Reações racistas, segregacionistas e de preconceito contra os pobres corrompem o ideal de nação plural e democrática. E a intolerância se converte no método de conduta em relação aos diferentes e às diferenças.

Na oposição a governos de esquerda, a direita combina uma espécie de extremismo ideológico talibã com terrorismo midiático e econômico. O fundamentalismo é proporcional à percepção de ameaça aos privilégios e poderes da classe dominante, que não abdica inclusive de políticas totalitárias, se essas forem indispensáveis para derrubar governos que tentam promover mudanças distributivas e a igualdade social. A história é farta de exemplos.

Nos anos 1950, a oposição udenista levou Getúlio ao suicídio para sabotar o projeto nacional-desenvolvimentista. Na continuidade, em 1964 deram o golpe civil-militar para derrubar Jango e bloquear as reformas de base.

No hemisfério americano se observa a tendência desestabilizadora e golpista da direita inconformada frente a governos progressistas. Sempre com o apoio, financiamento e, não raramente, com a implicação direta da

potência estrangeira do Norte. Em alguns casos, ao custo de genocídios e terrorismos de Estado, como na Argentina e Chile nos anos 1970 e em vários países centro-americanos na década de 1980.

A direita evoluiu e sofisticou seus métodos. O chamado "*golpe institucional, no marco da Lei*" *[sic]* é o codinome do neogolpismo no século 21. No neogolpismo, a brutalidade das armas dá lugar ao terror midiático e econômico e ao extremismo ideológico para desestabilizar governos eleitos democraticamente. As experiências nesse século foram os "*golpes constitucionais*" desfechados com êxito no Paraguai e Honduras; e tentados, porém, frustrados, na Venezuela, Bolívia e Equador.

No Brasil os interesses contrariados pelas urnas no 26 de outubro começam a se aglutinar em torno do objetivo estratégico de derrubar a Presidenta Dilma, antes mesmo dela tomar posse para exercer o segundo mandato. Adotam a tática da confrontação permanente, do combate "sem trégua" em todas as frentes: nas ruas e nas instituições.

Apenas dois dias depois da eleição, para deslegitimar o resultado eleitoral, o PSDB pediu auditoria da totalização dos votos baseando-se não em indícios materiais, mas "*em comentários nas redes sociais*" *[sic]*. Estimulado por iniciativas como essa, o reacionarismo sai às ruas para expressar inconformidade [e raiva] com a vitória de Dilma e clamar por um golpe militar!

O deputado Eduardo Cunha, do mesmo partido que o vice-presidente da República, articula com a oposição uma aliança para a presidência da Câmara tendo como plataforma: [i] encarnar o "*Fora PT!*", [ii] colocar os interesses do Legislativo acima dos interesses do Executivo, e [iii] prover à oposição, mesmo em minoria, "*a proteção dos escudos do regimento interno e da Constituição*" [UOL]. O impeachment é um dispositivo da minoria amparado nos "*escudos do regimento interno e da Constituição*".

A eleição foi extremamente acirrada e politizada. Nela, o povo escolheu Dilma e decidiu aprofundar e radicalizar as mudanças que modernizam e humanizam o país. A direita, inconformada, não aceita a eleição da Dilma e se insurge contra as mudanças decididas pelo povo brasileiro. A reação às mudanças é indisfarçável. A direita não quer permitir o surgimento do novo; luta para manter intactas as velhas estruturas, o velho regime e suas instituições arcaicas.

O STF, por exemplo, ao invés de se sintonizar com os tempos atuais e liderar um projeto de reforma para modernizar o Poder Judiciário acabando com a vitaliciedade do mandato dos ministros e mudando a forma de nomeação para a Suprema Corte, agora retoma a esdrúxula proposta da emenda constitucional da "bengala", que aumenta para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória. Pela Constituição atual, "cinco excelências" do STF se aposentam aos 70 anos pela compulsória até 2016, e seus substitutos serão indicados pela Presidenta Dilma, o que configuraria um risco do "*STF se converter em uma corte bolivariana*", nas palavras do ministro tucano Gilmar Mendes [FSP].

A vitória da Dilma não foi somente eleitoral, com 3.459.963 votos de vantagem. Foi, sobretudo, uma vitória política e programática dos critérios, agendas e perspectivas da esquerda. Na eleição mais politizada dos últimos tempos, o povo brasileiro escolheu radicalizar as mudanças que modernizam o país. Por isso, é fácil compreender o novo padrão da luta política imposto pela direita brasileira, que reage colericamente diante de qualquer esforço distributivo de renda.

A cólera conservadora contra o governo Dilma é um subproduto do ódio e do preconceito contra os pobres. E é uma escolha insensata e perigosa, que pode provocar a ira legítima da maioria do povo brasileiro que tem ânsia de mudanças, direitos e liberdade, e que não ficará passivo ante as ameaças à supremacia da vontade popular.

Artigo publicado originalmente em Carta Maior.

Compartilhe nas redes: